



INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

PLANO DE DADOS ABERTOS

**VIGÊNCIA
2022-2024**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



Instituto Benjamin Constant

Diretor-Geral

João Ricardo Melo Figueiredo

Chefe de Gabinete

Érica Deslandes Magno Oliveira

Diretor do Dep. de Educação

Luigi Amato Bragança Amorim

Diretora do Dep. de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Elise de Melo Borba Ferreira

Diretor do Dep. de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação

José Tadeu Madeira de Oliveira

Diretor do Dep. Técnico-Especializado

Jefferson Gomes de Moura

Diretora do Dep. de Planejamento e Administração

Maria Odete Santos Duarte

Assessoras do Gabinete da Direção-Geral

Maria da Glória de Souza Almeida

Marília Amaral de Moura Estevão Tavares

Presidente da República

Jair Bolsonaro

Ministro da Educação

Victor Godoy Veiga

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DADOS ABERTOS DO IBC

Vitor Padilha

Dep. de Educação

André Luiz Grendene de Azevedo

Dep. de Planejamento e Administração

Daniele de Souza Pereira

Dep. Técnico-Especializado

Fabio Brandolin

Dep. de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação

Jeane Gameiro Miragaya

Dep. de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Marilia Amaral de Moura Estevão Tavares (presidente)

Gabinete da Direção-Geral

Editoração e diagramação

Coordenação de Comunicação
e Marketing Institucional

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	5
II. CENÁRIO INSTITUCIONAL	7
III. OBJETIVO GERAL	9
IV. CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DO PDA	10
V. DADOS SELECIONADOS PARA ABERTURA	11
VI. O PROCESSO DE CATALOGAÇÃO	12
VII. SUSTENTAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DOS DADOS	13
VIII. PLANO DE AÇÃO	15
ANEXOS	19
ANEXO 1 INVENTÁRIO DE BASES DE DADOS DO IBC	20
ANEXO 2 REFERÊNCIAS	31
ANEXO 3 GLOSSÁRIO	33
ANEXO 4	34
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	34
ALTERAÇÕES NA APRESENTAÇÃO DAS BASES DE DADOS JÁ PUBLICADAS	35

I. INTRODUÇÃO

O Plano de Dados Abertos (PDA) é o instrumento de execução da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, instituída pelo Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016. De acordo com ela, são públicos todos os dados produzidos e acumulados pela administração pública federal, autárquica e fundacional, ressalvados aqueles sob sigilo ou restrição de acesso, nos termos da Lei 12.527, de 8 de novembro de 2011.

Ao tornar a transparência pública uma meta a ser incansavelmente perseguida em todas as esferas de governo, a Política de Dados Abertos busca dar à sociedade aquilo que lhe é de direito: o conhecimento e o controle de tudo o que é feito, em seu nome, pelos gestores de uma forma geral e por aqueles que elegemos para nos governar. Daí a importância de os dados serem disponibilizados em ambiente digital, em formato aberto para serem consumidos, cruzados e utilizados livremente por todos que assim o desejarem.

A exigência legal de elaboração e execução do PDA ajudou a consolidar nas organizações públicas um movimento de mudança na cultura organizacional na direção de uma postura cada vez mais transparente sobre seus atos e fatos. Com o IBC não foi diferente. Do primeiro PDA, publicado em novembro de 2018, até esta terceira edição do documento, a instituição tem se esforçado para fazer do Plano de Dados Abertos uma ferramenta para abrir cada vez mais suas janelas à comunidade externa, até mesmo para divulgar os serviços que há 168 anos vem prestando aos brasileiros com deficiência visual no Brasil.

O ciclo de construção PDA 2022-2024, que ora entregamos, começou no dia 11 de maio de 2022 com a designação dos membros da comissão encarregada de sua elaboração, por meio da Portaria nº 130/2022. O seu processo de elaboração baseou-se nos princípios e diretrizes dos seguintes normativos (em ordem de publicação):

- Art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que determina ao poder público a adoção de instrumentos de transparência da gestão fiscal, disponibilizando em meios eletrônicos de acesso público

informações de execução orçamentárias e fiscal e de prestações de contas;

- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto na Constituição Federal;
- Instrução Normativa nº 4, de 13 de abril de 2012, que cria a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos–INDA,
- Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Federal, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informação sob restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo, conforme o disposto na LAI;
- Decreto nº 8.777 de 11 de maio de 2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal;
- Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017, do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados - CGINDA, que aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, conforme disposto no Decreto nº 8.777 de 11 de maio de 2016;
- Decreto nº 9.903/2019, que altera o Decreto nº 8.777/2016 e dispõe sobre a gestão e os direitos de uso de dados abertos;
- Decreto presidencial nº 10.160, de 9 de dezembro de 2019, que institui a Política Nacional de Governo Aberto, no âmbito do Poder Executivo federal.

II. CENÁRIO INSTITUCIONAL

O Instituto Benjamin Constant (IBC) é um órgão singular da administração direta federal, de autonomia limitada e vinculado ao gabinete do ministro da Educação. Foi criado em 12 de setembro de 1854 pelo Imperador D. Pedro II, para educar e ensinar um ofício a crianças e jovens cegos.

Atualmente, o Instituto é referência nacional na educação e capacitação profissional de pessoas cegas e com baixa visão, atuando em vários segmentos, como:

- no acolhimento e atendimento especializado a crianças, jovens e adultos que perderam ou estão em processo de perda irreversível da visão;
- na oferta de educação básica apenas a estudantes cegos e com baixa visão em idade escolar;
- na formação continuada de profissionais com e sem deficiência visual, por meio da oferta de cursos de pós-graduação *stricto e lato sensu* na temática da deficiência visual,
- na formação inicial e continuada de profissionais com e sem deficiência visual de todo o Brasil, principalmente os da educação, por meio da oferta de cursos de extensão na temática da deficiência visual;
- no desenvolvimento de pesquisas científicas na área da deficiência visual;
- na produção e distribuição, para todo o Brasil, de materiais didáticos especializados para estudantes com deficiência visual;
- na produção e distribuição de revistas em braille para todo o território nacional e países das Américas do Sul e do Norte, África e Europa;

- na avaliação de livros didáticos do Programa Nacional para o Livro Didático (PNLD);
- na produção e distribuição de livros falados e
- na formação de médicos oftalmologistas oferecendo, com o seu Programa de Residência Médica, atendimento especializado gratuito à população e contribuindo para a prevenção às causas da cegueira.

Ao longo de sua história, o IBC passou por várias reformulações do seu regimento — a última foi em abril de 2018, ampliando as competências educacionais da instituição para além do ensino fundamental. Assim, em 2019 começou a ofertar educação profissional de nível médio; em 2021, lançou o mestrado profissional em Ensino na Temática da Deficiência Visual — o primeiro da América Latina. Em maio deste ano (2022), foi a vez de ampliar sua atuação como instituição de ensino superior com a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu.

Logo, o PDA–IBC 2022–2024 foi elaborado e será executado em um cenário institucional bastante diferente daquele em que o plano anterior foi construído, o que se refletirá tanto na atualização das bases de dados já existentes como naquelas ainda por abrir. Nesse sentido, é importante salientar que o documento está totalmente alinhado ao Plano Estratégico Institucional (PEI) do Instituto.

Dentre as funções de governança elencadas no PEI-IBC, destaca-se também, no macroprocesso de participação e controle social, a gestão do acesso à informação, da transparência ativa, do atendimento ao público e dos dados abertos, de responsabilidade da assessoria do gabinete da Direção-Geral.

Além do PEI, outros dois importantes documentos institucionais serão construídos durante a vigência deste PDA: o Plano Político-Pedagógico Institucional (PPPI), cuja previsão de conclusão é outubro de 2023, depois do qual será iniciado o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). A partir do momento em que forem aprovados pelo Conselho Diretor, o cumprimento desses dois planos também estará refletido em novas bases de dados.

III. OBJETIVO GERAL

Promover a abertura de dados com informações de interesse público e o aprimoramento constante das bases já disponibilizadas, contribuindo para a gestão do Instituto Benjamin Constant, o controle social de suas atividades e, conseqüentemente, para a melhoria dos serviços prestados pela instituição.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Identificar as principais demandas de dados do IBC e priorizar a abertura deles.
2. Fornecer dados atualizados, reduzindo progressivamente a periodicidade de atualização até o espaço de tempo mínimo necessário para consolidá-los e disponibilizá-los.
3. Facilitar o acesso aos dados divulgados, aprimorando continuamente a apresentação dos respectivos conteúdos no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no sítio institucional.
4. Contribuir para a interoperabilidade de dados e sistemas governamentais com a publicação de dados em formato processável por máquina, conforme padrões estabelecidos.
5. Melhorar a gestão da informação e de dados da instituição.
6. Divulgar os serviços prestados pelo IBC por meio de ações de comunicação específicas de divulgação para cada abertura de dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no sítio institucional.
7. Fomentar a produção de conhecimento e a gestão pública participativa, a partir da utilização dos dados pela sociedade civil.

IV. CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DO PDA

O processo de construção deste PDA, iniciado no dia 21 maio de 2022, foi desenvolvido de acordo com as seguintes etapas:

1. definição de plano de ação com metas e prazos para elaboração do PDA e abertura de bases; levantamento do inventário de dados do IBC;
2. consulta pública para aferição da satisfação com os dados já publicados; avaliação da comunidade das novas bases propostas pela Instituição e para coleta de sugestões sobre outras bases que poderiam ser incluídas no plano em construção;
3. alinhamento com os instrumentos de planejamento estratégico e a disponibilidade de dados pelos setores da instituição;
4. elaboração de devolutiva à sociedade a respeito da consulta pública (caso não consiga acessar o resultado da consulta com o clique nas palavras sublinhadas, copiar e colar o seguinte endereço na barra de endereços do navegador: <https://www.gov.br/ibc/pt-br/assuntos/noticias/plano-de-dados-abertos-do-ibc-confira-o-resultado-da-consulta-publica>);
5. definição dos responsáveis pelo preparo, abertura e atualização dos dados;
6. definição de cronograma de abertura de bases com bases e prazos definidos e
7. publicação dos dados, observando-se o uso de URL fixa, nomenclatura idêntica ao exposto no PDA e obediência ao cronograma de abertura, conforme seção VIII desse Plano.

V. DADOS SELECIONADOS PARA ABERTURA

Para o estabelecimento da meta de abertura de novos dados do IBC neste PDA, foram considerados os seguintes critérios que fazem parte do rol elencado no art. 1º da Resolução nº 3 do CGINDA, em ordem de importância no âmbito da instituição:

1. a obrigatoriedade legal ou compromisso assumido de disponibilização daquele dado,
2. o grau de relevância para o cidadão, de acordo com consulta pública realizada em agosto de 2022,
3. o dado demonstrar resultados diretos e efetivos dos serviços públicos disponibilizados ao cidadão pelo Estado, por meio do IBC e
4. o estímulo ao controle social.

Na consulta pública realizada entre os dias 12 de agosto e 12 de setembro não foram sugeridas novas bases de dados institucionais do IBC para serem abertas. Logo, as cinco novas bases a serem abertas durante a vigência deste documento foram propostas e aprovadas no âmbito dos departamentos proponentes, diante da ampliação de suas respectivas atuações e de acordo com as prioridades elencadas acima.

Novas bases:

- Cursos de pós-graduação stricto sensu
- Cursos de pós-graduação lato sensu
- Projetos de extensão
- Serviços prestados (ações de extensão)
- Periódicos em braille produzidos e distribuídos

VI. O PROCESSO DE CATALOGAÇÃO

As bases de dados programadas para publicação em formato aberto serão catalogadas no Portal Brasileiro de Dados Abertos assim como na página de dados abertos da CGU. O processo de inserção dessas bases deverá seguir o cronograma de abertura estabelecido no **item VIII** deste PDA considerando sempre as seguintes premissas:

1. publicar, prioritariamente, os dados considerados relevantes para a sociedade, o mais rápido possível, em três formatos acessíveis, informando as eventuais limitações de qualidade dos dados;
2. sempre que possível, publicar dados e seus metadados, conforme estabelecido no Plano de Ação da INDA, que institui que cada conjunto de dados deve conter, no mínimo:

- nome ou título do conjunto de dados;
- descrição sucinta;
- palavras-chave (etiquetas);
- assuntos relacionados do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE);
- nome e e-mail do setor responsável pelos dados;
- periodicidade de atualização;
- escopo temporal (anual, bimestral, mensal, diário, online);
- escopo geopolítico (por cidade, por estado, por região).

3. manter os dados publicados atualizados e sincronizados com a origem, com a menor periodicidade possível;
4. catalogar as bases de dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos utilizando sempre o mesmo nome registrado no Plano de Dados Abertos do órgão; e
5. utilizar, como forma de disseminação, os ambientes do Portal Brasileiro de Dados Abertos do Governo Federal e a área do site institucional do IBC dedicado à publicação de dados abertos (<http://www.ibc.gov.br/dados-abertos-do-ibc>).

VII. SUSTENTAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DOS DADOS

SUSTENTAÇÃO (COMUNICAÇÃO PÚBLICA)

Todas as ações de abertura de dados serão divulgadas à sociedade nos meios de comunicação de que o IBC dispõe e das seguintes formas:

- no sítio institucional, em formato de notícias na página inicial, e com a publicação na área específica Dados Abertos do IBC;
- nas mídias sociais oficiais, por meio de comunicados em textos e outros recursos audiovisuais (ex: vídeos e podcasts com entrevistas, reportagens e comunicados etc.) e
- no e-mail institucional, para comunicações voltadas não só à comunidade acadêmica como também para instituições de ensino e pesquisa, notadamente na temática da deficiência visual, entre outras.

O cidadão poderá usar o [Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal \(e-Ouv\)](#) ou acionar diretamente o [Fale Conosco do IBC](#) para se manifestar quanto a este PDA, podendo oferecer sugestões, fazer solicitações, assim como reclamar sobre problemas técnicos ou inconsistências encontradas nos dados publicados.

MONITORAMENTO E CONTROLE

Para promover o aprimoramento contínuo do PDA-IBC, a Comissão se reunirá a cada seis meses para avaliar a qualidade do conteúdo e da apresentação dos dados publicados e corrigir eventuais problemas. As reuniões de avaliação deverão contar com a presença da autoridade de monitoramento da Lei de Acesso à Informação na instituição para identificação da necessidade de incluir novas bases de dados para abertura, a partir das demandas da sociedade registradas na plataforma Fala.Br.

O presidente da Comissão de Elaboração do Plano de Dados, com o suporte dos demais membros, ficará responsável pelo monitoramento do cumprimento do cronograma estabelecido, verificando se os dados e metadados previstos foram publicados no Portal Brasileiro de Dados Abertos, assim como na seção de dados abertos do Portal do Instituto Benjamin Constant. Deverá também elaborar e mandar publicar, até o dia 31 de dezembro de cada ano, um relatório de acompanhamento contendo as modificações realizadas que ensejaram ajustes e/ou novas versões do Plano.

Caberá aos responsáveis pelo fornecimento das bases a curadoria dos conjuntos de dados disponibilizados, compreendendo as seguintes ações:

- monitoramento do cumprimento do cronograma de abertura de bases,
- monitoramento da disponibilidade e atualização das bases já catalogadas;
- verificação da adequação dos dados publicados aos padrões estabelecidos pela INDA e INDE (quando couber);
- verificação da nomenclatura das bases publicadas, que deve ser idêntica à adotada no PDA;
- proposição de melhorias de qualidade dos dados disponibilizados, quando couber.

Todas as informações e experiências acumuladas ao longo da execução do presente PDA subsidiarão a elaboração do PDA subsequente.

VIII. PLANO DE AÇÃO

A) CRONOGRAMA DE ELABORAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DO PDA

AÇÃO	ATIVIDADE	UNIDADE E CONTATO RESPONSÁVEL	META/PRAZO
1. Definição de grupo de trabalho, com representantes de cada Departamento, para elaborar o PDA	Instituir Comissão de elaboração do PDA.	Gabinete da Direção-Geral Responsável: Diretor-Geral gabinete@ibc.gov.br	Maio/2022
2. Reunião de apresentação	Realizar reunião com os membros da Comissão, para discutir a Política de Dados Abertos e distribuir atribuições.	Comissão PDA Responsável: presidente da Comissão comissaopda@ibc.gov.br	Junho/2022
3. Inventário de Bases do IBC	Coletar a relação de bases dados geradas em todos os departamentos para formar inventário único do IBC.	Comissão PDA comissaopda@ibc.gov.br	Junho/2022
4. Consulta Pública sobre as bases de dados do IBC	Submeter o inventário de bases do IBC à consulta pública no site do órgão por 30 dias, a fim avaliar a qualidade e a pertinência dos dados apresentados.	Comissão PDA comissaopda@ibc.gov.br	Agosto/2022
5. Análise do resultado da Consulta Pública	Realizar reunião com os membros da Comissão para analisar o resultado da Consulta Pública e apresentar relatório à Direção-Geral.	Comissão PDA comissaopda@ibc.gov.br	Setembro/2022

6. Apresentação do resultado da Consulta Pública à sociedade	Publicar o resultado no site do IBC.	Coord. de Comunicação Social (CCMI) ccmisec1@ibc.gov.br	Setembro/2022
7. Revisão do conjunto de dados já publicados	Estudar, com base no monitoramento, a melhoria na sistemática de publicação dos dados.	Comissão PDA comissaopda@ibc.gov.br	Outubro/2022
8. Relatório de Acompanhamento	Publicar relatório de acompanhamento do PDA vigente	Comissão PDA comissaopda@ibc.gov.br	Dezembro/2022
9. Elaboração do novo PDA	Elaborar o PDA para o período 2022 a 2024.	Comissão PDA comissaopda@ibc.gov.br	Dezembro /2022
10. Aprovação do PDA	Submeter o conteúdo final do PDA ao Conselho Diretor para aprovação.	Comissão PDA comissaopda@ibc.gov.br	Dezembro/2022
11. Publicação do PDA	Publicar o PDA em transparência ativa no portal do IBC, bem como no Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br).	Coord. de Comunicação Social (CCMI) ccmisec1@ibc.gov.br	Dezembro/2022
12. Consulta pública para avaliar bases já abertas	Realizar consulta pública para avaliar o uso e a qualidade das bases já abertas pelo órgão.	Comissão PDA comissaopda@ibc.gov.br	Agosto/2023
13. Revisão do conjunto de dados já publicados	Estudar, com base no monitoramento, a melhoria na sistemática de publicação dos dados.	Comissão comissaopda@ibc.gov.br	Outubro/2023
14. Relatório de acompanhamento	Publicar relatório de acompanhamento do PDA vigente.	Comissão PDA Responsável: presidente da Comissão comissaopda@ibc.gov.br	Dezembro/ 2023

B) CRONOGRAMA DE ABERTURA DE NOVAS BASES

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO	UNIDADE E CONTATO DO RESPONSÁVEL PELA BASE	ATUALIZAÇÃO	ABERTURA
1. Cursos de pós-graduação stricto sensu	O conjunto de dados apresenta informações sobre: nome do curso, quantidade de turmas, alunos matriculados, carga horária total, número de alunos formados, número de dissertações defendidas, total de produtos registrados em repositórios.	Departamento de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE) dppe@ibc.gov.br	Anual	Março/2023
2. Cursos de pós-graduação lato sensu	O conjunto de dados apresenta informações sobre: cursos ofertados, quantidade de turmas, alunos matriculados por curso, alunos formados por curso, carga horária total por curso, total de Trabalhos de Conclusão de Curso defendidos, periodicidade da oferta de cada curso.	Departamento de PósGraduação, Pesquisa e Extensão (DPPE) dppe@ibc.gov.br	Anual	Março/2023
3. Projetos de extensão	O conjunto de dados apresenta informações sobre: departamento de execução, número de projetos cadastrados na Divisão de Extensão e Aperfeiçoamento (DEA).	Departamento de PósGraduação, Pesquisa e Extensão (DPPE) dppe@ibc.gov.br	Anual	Março/2023

4. Serviços prestados (ações de extensão)	O conjunto de dados apresenta informações sobre: departamento de execução, número de prestação de serviços cadastrados na Divisão de Extensão e Aperfeiçoamento (DEA).	Departamento de PósGraduação, Pesquisa e Extensão (DPPE) dppe@ibc.gov.br	Anual	Março/2023
5. Periódicos em braille produzidos e distribuídos	O conjunto de dados apresenta os nomes dos periódicos produzidos em braille.	Departamento Técnico-Especializado (DTE) dte@ibc.gov.br	Anual	Fevereiro/2023

C) CRONOGRAMA DE PROMOÇÃO, FOMENTO, USO E REUSO DAS BASES

PRODUTO	ATIVIDADE	UNIDADE E CONTATO DO RESPONSÁVEL	DATA/PERÍODO
1.Publicação de matérias informando sobre a publicação de bases e o seu conteúdo	Publicar matérias no site do IBC, assim como postagens de avisos e vídeos sobre o assunto nas mídias sociais do IBC.	Coordenação de Comunicação e Marketing Institucional (CCMI) ccmiec1@ibc.gov.br	Mês corrente ou subsequente à abertura de nova base.
2. Divulgar internamente o PDA e o Portal de Dados Abertos do IBC	Enviar informativos aos e-mails institucionais sobre a relevância do PDA e do Portal de Dados Abertos para a sociedade.	Coordenação de Comunicação e Marketing Institucional (CCMI) ccmiec1@ibc.gov.br	Atividade contínua.

ANEXOS

ANEXO 1 INVENTÁRIO DE BASES DE DADOS DO IBC

OBS: as linhas em amarelo são de bases de dados ainda a serem disponibilizadas ao longo da execução deste PDA.

NOMES DAS BASES DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE RESPONSÁVEL PELA BASE	DISPONÍVEL EM DADOS.GOV. BR?	ATUALIZAÇÃO	POSSUI CONTEÚDO SIGILOSO?
1. Cursos de extensão oferecidos ao público geral	O conjunto de dados apresenta informações sobre: nome, período (data), carga horária e modalidade (presencial ou a distância) dos cursos de extensão na temática da deficiência visual oferecidos pela Divisão de Extensão e Aperfeiçoamento (DEA) e a correspondente quantidade de concluintes.	Dep. de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE) dppe@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não

2. Eventos de extensão	O conjunto de dados apresenta os nomes dos eventos de extensão cadastrados pela Divisão de Extensão e Aperfeiçoamento (DEA).	Dep. de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE) dppe@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não
3. Grupos de pesquisa vinculados ao Centro de Estudos e Pesquisas do IBC	O conjunto de dados apresenta a relação de grupos de pesquisa em atividade no Centro de Estudos e Pesquisas do IBC (Cepeq-IBC).	Dep. de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE) dppe@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não
4. Pesquisas cadastradas no Centro de Estudos e Pesquisas do IBC	O conjunto apresenta o número de novas pesquisas cadastradas no Centro de Estudos e Pesquisas do IBC desenvolvidas em articulação com a instituição ou tendo-a como campo de pesquisa. A duração das pesquisas não é anual. Portanto, o indicador reflete apenas o número de novas entradas e não necessariamente o número de pesquisas em desenvolvimento no IBC no período	Dep. de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE) dppe@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não

5. Títulos publicados pela Divisão de Pós Graduação e Pesquisa	O conjunto de dados apresenta o número de publicações do IBC editadas pela Divisão de Pós-Graduação e Pesquisa (DPP), tais como tais como livros técnico-científicos, didáticos e paradidáticos, coleções, manuais técnicos etc.	Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE) dppe@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não
6. Serviço voluntário	O conjunto de dados apresenta o número total de voluntários no IBC; o número de voluntários por divisão; nome dos supervisores; e o mês de início da atuação do voluntário na instituição.	Dep. de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE) dppe@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não
7. Serviços prestados (ações de extensão)	O conjunto de dados apresenta informações sobre: departamento de execução, número de prestação de serviços cadastrados na Divisão de Extensão e Aperfeiçoamento (DEA).	Dep. de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE) dppe@ibc.gov.br	Não	Anual	Não
8. Projetos de extensão	O conjunto de dados apresenta informações sobre: departamento de execução, número de projetos cadastrados na Divisão de Extensão e Aperfeiçoamento (DEA)	Dep. de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE) dppe@ibc.gov.br	Não	Anual	Não

9. Cursos de pós-graduação stricto sensu	O conjunto de dados apresenta informações sobre: nome do curso, quantidade de turmas, alunos matriculados, carga horária total, número de alunos formados, número de dissertações defendidas, total de produtos registrados em repositórios.	Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE) dppe@ibc.gov.br	Não	Anual	Não
10. Cursos de pós-graduação lato sensu	O conjunto de dados apresenta informações sobre: cursos ofertados, quantidade de turmas, alunos matriculados por curso, alunos formados por curso, carga horária total por curso, total de Trabalhos de Conclusão de Curso defendidos, periodicidade da oferta de cada curso.	Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE) dppe@ibc.gov.br	Não	Anual	Não
11. Produção e distribuição de livros falados	O conjunto de dados apresenta o total de livros falados gravados e editados na Divisão de Desenvolvimento e Produção de Material Especializado (DPME) e distribuídos para instituições públicas de ensino, acervos públicos e instituições sem fins lucrativos que atendam pessoas com deficiência visual.	Dep. Técnico-Especializado (DTE) dte@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não

12. Produção e distribuição de material especializado em Braille	O conjunto de dados apresenta o total de produção e distribuição dos seguintes materiais: revistas, livros didáticos, paradidáticos e impressos em braille.	Dep. Técnico-Especializado (DTE) dte@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não
13. Distribuição de recursos didáticos especializados para pessoas cegas e com baixa visão	O conjunto de dados apresenta o total de materiais didáticos tridimensionais, grafotáteis e ampliados distribuídos pela Divisão de Desenvolvimento e Produção de Material Especializado (DPME).	Dep. Técnico-Especializado (DTE) dte@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não
14. Produção e distribuição de obras e impressos adaptados ao formato ampliado	O conjunto de dados apresenta o total de produção e distribuição de revistas, livros didáticos, literários e outros materiais impressos adaptados para o formato ampliado para o público com baixa visão.	Dep. Técnico-Especializado (DTE) dte@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não

15. Trabalhos de audiodescrição	O conjunto de dados apresenta o número e os nomes dos trabalhos de audiodescrição elaborados por profissionais do IBC.	Dep. Técnico-Especializado (DTE) dte@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não
16. Pesquisas sobre recursos didáticos para pessoas cegas e com baixa visão desenvolvidas pela DPME	O conjunto de dados apresenta as pesquisas realizadas na Divisão de Desenvolvimento e Produção de Material Especializado (DPME) que geraram novos recursos didáticos testados e aprovados para estudantes cegos e com baixa visão e que entraram na listagem de ampla distribuição nacional para instituições públicas de ensino .	Dep. Técnico-Especializado (DTE) dte@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não
17. Periódicos em braille produzidos e distribuídos	O conjunto de dados apresenta os nomes dos periódicos produzidos em braille.	Dep. Técnico-Especializado (DTE) dte@ibc.gov.br	Não	Anual	Não

18. atendimentos na área da saúde	O conjunto de dados apresenta o número de atendimentos médico-oftalmológicos, odontológicos, nutricionais, fisioterápicos, de terapia ocupacional e enfermagem prestados aos alunos do IBC e ao público em geral.	Dep. de Estudos e Pesquisas Médicas e Reabilitação (DMR) dmr@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não
19. Número de alunos da reabilitação	O conjunto de dados disponibiliza o total de alunos matriculados na Divisão de Reabilitação, Preparação para o Trabalho e Encaminhamento Profissional (DRT).	Dep. de Estudos e Pesquisas Médicas e Reabilitação (DMR) dmr@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não
20. Cursos e oficinas de qualificação profissional para alunos da reabilitação	O conjunto de dados apresenta o número de alunos matriculados por cursos/oficinas de capacitação profissional oferecidos pela Divisão de Reabilitação, Preparação para o Trabalho e Encaminhamento Profissional (DRT).	Dep.de Estudos e Pesquisas Médicas e Reabilitação (DMR) dmr@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não

21. Atendimentos em reabilitação básica	O conjunto de dados apresenta o número de alunos matriculados nos atendimentos de reabilitação do IBC.	Dep. de Estudos e Pesquisas Médicas e Reabilitação (DMR) dmr@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não
22. Programas oferecidos aos reabilitandos	O conjunto de dados apresenta o número de aulas e atendimentos especializados em cada atividade oferecida aos reabilitandos pela Divisão de Reabilitação, Preparação para o Trabalho e Encaminhamento Profissional (DRT).	Dep. de Estudos e Pesquisas Médicas e Reabilitação (DMR) dmr@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não
23. Estrutura do Departamento de Educação	O conjunto de dados apresenta a estrutura do DED, com a disponibilização dos cargos e funções de suas divisões e coordenações.	Dep. de Educação (DED) ded@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não
24. Número de alunos da educação básica	O conjunto de dados disponibiliza o total de alunos matriculados na educação básica em cada um dos segmentos (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio).	Dep. de Educação (DED) ded@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não

25. Número de professores por turma do Departamento de Educação	O conjunto de dados apresenta as informações relativas ao número de professores em cada uma das turmas da educação básica e da educação precoce.	Dep. de Educação (DED) ded@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não
26. Visitas técnicas realizadas por alunos da educação básica	O conjunto de dados apresenta as visitas externas realizadas pelos alunos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio no ano em curso.	Dep.de Educação (DED) ded@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não
27. Convênios e acordos	O conjunto de dados apresenta os convênios e acordos firmados pelo IBC, com seus respectivos objetos, vigência e valor.	Gabinete da Direção-Geral	Sim	Anual	Não
28. Contratos	O conjunto de dados apresenta a relação das empresas com contratos vigentes com a instituição, disponibilizando os respectivos nomes, CNPJs, números de contrato, objeto, valor total, data de início e data final de vigência.	Dep. de Planejamento e Administração (DPA) dpa@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não

29. Quadro efetivo de servidores	O conjunto de dados apresenta os nomes dos servidores, com os respectivos cargos, jornada de trabalho, carreira, formação profissional, nível acadêmico e setor de lotação.	Dep. de Planejamento e Administração (DPA) dpa@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não
30. Relação de professores por área de atuação	O conjunto de dados apresenta o total e os nomes dos professores do IBC com as respectivas informações sobre lotação e área de atuação institucional.	Departamento de Planejamento e Administração (DPA) dpa@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não
31. Número de servidores aposentados e pensionistas	O conjunto de dados disponibiliza o número de servidores aposentados e pensionistas do IBC	Dep. de Planejamento e Administração (DPA) dpa@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não
32. Quadro de funcionários terceirizados	O conjunto de dados apresenta o total e os nomes dos funcionários terceirizados do IBC, com informações sobre as atividades que desenvolvem e setores onde estão lotados.	Dep. de Planejamento e Administração (DPA) dpa@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não

33. Quadro de estagiários	O conjunto de dados apresenta os nomes dos estudantes universitários que estagiam no Instituto, com as respectivas informações sobre a formação em curso, setor de lotação e carga horária cumprida.	Dep. de Planejamento e Administração (DPA) dpa@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não
34. Quadro de professores substitutos	O conjunto de dados apresenta os nomes dos professores substitutos contratados pelo IBC, com as respectivas disciplinas que lecionam, carga horária e vigência do contrato.	Dep. de Planejamento e Administração (DPA) dpa@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não
35. Quadro de médicos residentes	O conjunto de dados apresenta os nomes dos médicos-residentes do Programa de Residência Médica do IBC, com as respectivas informações sobre turma, jornada de trabalho e carga horária cumprida.	Dep. de Planejamento e Administração (DPA) dpa@ibc.gov.br	Sim	Anual	Não

ANEXO 2 REFERÊNCIAS

Art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000	Determina ao poder Público a adoção de instrumentos de transparência da gestão fiscal, disponibilizando em meios eletrônicos de acesso público informações de execução orçamentárias e fiscal e de prestações de contas.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
IN nº 4, de 13 de abril de 2012	Cria a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos-INDA .	https://www.gov.br/governodigital/pt-br/legislacao/InstrucaoNormativaINDA42012.pdf
Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012	Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo federal, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo, conforme o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º , no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm
Decreto nº 8.777 de 11 de Maio de 2016	Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8777.htm
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2016 — Lei de Acesso à Informação (LAI)	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017, do CGINDA	Aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, conforme disposto no Decreto no 8.777 de 11 de maio de 2016.	https://bit.ly/2JwDMGB
Decreto nº 9.903, de 8 de julho de 2019	Altera o Decreto nº 8.777/2016 e dispõe sobre a gestão e os direitos de uso de dados abertos.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9903.htm
Decreto presidencial nº 10.160, de 9 de dezembro de 2019	Institui a Política Nacional de Governo Aberto, no âmbito do Poder Executivo federal.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10160.htm
PDA 2018-2020 do IBC	Instrumento de execução da Política de Dados Abertos no âmbito do Instituto Benjamin Constant.	http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/DADOS-ABERTOS/Gabinete/PDA-IBC-complementaes-29-08-2019---Verso-Final.pdf

ANEXO 3

GLOSSÁRIO

Dados – sequência de símbolos ou valores, representados em qualquer meio, produzidos como resultado de um processo natural ou artificial (Plano de Ação da INDA).

Dado acessível ao público – qualquer dado gerado ou acumulado pelo Governo que não esteja sob sigilo ou sob restrição de acesso nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011(Plano de Ação da INDA).

Dados abertos – dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet, disponibilizados, sob licença aberta ou sob domínio público que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento, limitando-se a creditar a autoria ou a fonte (Plano de Ação da INDA).

Conjuntos de dados e recursos – elementos principais retornados a partir das buscas. Cada conjunto de dados possui uma descrição, um ou mais recursos, e uma série de outros metadados, como periodicidade de atualização e órgão responsável (Portal Brasileiro de Dados Abertos).

Recurso – compreende uma fonte de dados. Pode ser um arquivo, como uma planilha, um método de webservice / API>/abbr> ou um documento. Em princípio, cada recurso poderia ser catalogado como um conjunto de dados separado, porém é preferível que os recursos sejam agrupados sempre que forem oriundos da mesma base de dados ou possuírem metadados em comum, com vistas a facilitar a busca e o entendimento de seu conteúdo (Portal Brasileiro de Dados Abertos).

Plano de Dados Abertos – documento orientador para as ações, com prazos definidos, de implementação e promoção de abertura de dados de cada órgão ou entidade da administração pública federal, obedecidos os padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações.

Pessoa cega – é aquela cujo valor da acuidade visual corrigida no melhor olho é menor do que 0,05 ou o campo visual menor do que 10 graus (categorias 3, 4 e 5 do CID 10, de acordo com a Portaria nº 3.128/2008 do Ministério da Saúde).

Pessoa com baixa visão — quando o valor da acuidade visual corrigida no melhor olho é menor do que 0,3 e maior ou igual a 0,05 ou seu campo visual é menor do que 20 graus no melhor olho e com a melhor correção óptica (categorias 1 e 2 de graus de comprometimento visual do CID 10, de acordo com a Portaria nº 3.128/2008 do Ministério da Saúde).

Pessoa surdocega – é aquela que apresenta perdas auditiva e visual concomitantemente, em diferentes graus, o que pode limitar a sua atividade, restringindo sua participação em situações do cotidiano, cabendo à sociedade garantir-lhe diferentes formas de comunicação e recursos de tecnologia assistiva para que ela possa interagir com o meio social e o meio ambiente (Grupo Brasil).

ANEXO 4

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

No mês de outubro de 2022, a Comissão de Elaboração do PDA 2022–2024 fez uma revisão das bases de dados abertas no período de vigência dos anos de 2020 e 2022. Esta revisão gerou mudanças apenas na apresentação de algumas bases com o objetivo de torná-las mais claras para o público.

As mudanças feitas estão detalhadas nos quadros abaixo e já foram implantadas tanto no site do IBC quanto na área do Instituto no Portal Brasileiro de Dados Abertos. Elas também constam no relatório de acompanhamento encaminhado à CGU e divulgado também nos sítios oficiais.

ALTERAÇÕES NA APRESENTAÇÃO DAS BASES DE DADOS JÁ PUBLICADAS

NOMES DAS BASES ALTERADOS ENTRE 2022 E 2024	ALTERAÇÕES FEITAS
1. Cursos e oficinas oferecidos ao público geral	<p>Novo nome: Cursos de extensão oferecidos ao público geral</p> <p>Justificativa: com a regulamentação das ações de extensão do IBC, os cursos e oficinas oferecidos pela DEA passaram a fazer parte delas. *Não houve alteração na descrição da base.</p> <p>Nova descrição: O conjunto de dados apresenta informações sobre: nome, período (data), carga horária e modalidade (presencial ou a distância) dos cursos de extensão na temática da deficiência visual oferecidos pela Divisão de Extensão e Aperfeiçoamento (DEA) e a correspondente quantidade de concluintes.</p>
2. Eventos científicos	<p>Novo nome: Eventos de extensão</p> <p>Justificativa: deixar o nome mais claro.</p> <p>Nova descrição: O conjunto de dados apresenta os nomes dos encontros, palestras, seminários e apresentações de trabalhos científicos na temática da deficiência visual promovidos pela Divisão de Pós-Graduação e Pesquisa (DPP).</p>
3. Produção e distribuição de revistas, livros didáticos/literários e impressos diversos adaptados para o formato ampliado	<p>Novo nome: Produção e distribuição de materiais especializados adaptados ao formato ampliado</p> <p>Justificativa: para tornar mais curto e objetivo. *Não houve alteração na descrição da base.</p>

4. Produção e distribuição de audiolivros	<p>Novo nome: Produção e distribuição de livros falados</p> <p>Justificativa: o termo “audiolivro” não corresponde ao material produzido pelo IBC, pois neste há dramatização por parte do ledor. Já no livro falado, o ledor lê a obra de acordo com a pontuação do autor, deixando a interpretação a cargo do leitor ouvinte.</p> <p>Nova descrição: O conjunto de dados apresenta o total de livros falados gravados e editados na Divisão de Desenvolvimento e Produção de Material Especializado (DPME) e distribuídos para instituições públicas de ensino, acervos públicos e instituições sem fins lucrativos que atendam pessoas com deficiência visual.</p>
5. Roteiros de audiodescrição elaborados	<p>Novo nome: Trabalhos de audiodescrição realizados</p> <p>Justificativa: o serviço de audiodescrição não realiza apenas roteiros para conteúdos audiovisuais, como também legendas para conteúdos impressos.</p> <p>Nova descrição: O conjunto de dados apresenta o número e os nomes dos trabalhos de audiodescrição elaborados por profissionais do IBC.</p>
6. Contratos de terceirização	<p>Novo nome: Contratos</p> <p>Justificativa: nem todos os contratos são de terceirização de mão-de-obra. Assim, prevendo outros tipos de contratos, achou-se melhor deixar o nome mais aberto.</p> <p>Nova descrição: O conjunto de dados apresenta a relação das empresas com contratos vigentes com a instituição, disponibilizando os respectivos nomes, CNPJs, números de contrato, objeto, valor total, data de início e data final de vigência.</p>
7. Contratos e convênios	<p>Novo nome: Convênios e acordos</p> <p>Justificativa:</p> <p>Nova descrição: o conjunto de dados discrimina os novos convênios e acordos celebrados pelo IBC e aqueles que ainda estavam vigentes no ano pesquisado.</p>

8. Pesquisas sobre recursos didáticos para pessoas cegas e com baixa visão desenvolvidas pela Divisão de Desenvolvimento e Produção de Material Especializado”	Novo nome: Pesquisas sobre recursos didáticos para pessoas cegas e com baixa visão desenvolvidas pela DPME. Justificativa: redução do nome para caber no espaço destinado a ele. *Não houve alteração na descrição da base.
9. Vistas técnicas realizadas	Novo nome: Visitas técnicas realizadas pelos alunos da educação básica Justificativa: com a regulamentação das ações de extensão e a criação de cursos de pós-graduação stricto e lato sensu, decidiu-se especificar que a base em questão diz respeito apenas às visitas técnicas realizadas pelos alunos do Departamento de Educação. *Não houve alteração na descrição da base.